

A3ES

Agência de Avaliação
e Acreditação
do Ensino Superior

Demonstrações Financeiras

Exercício 2016

Índice

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

• Balanço em 31 de Dezembro de 2016	3
• Demonstração dos Resultados por Natureza em 31 de Dezembro de 2016.....	4
• Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2016.....	5
• Demonstração de alterações dos Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016	6
• Anexo:	
1. Nota Introdutória.....	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras....	8
3. Principais políticas contabilísticas.....	9
4. Fluxos de caixa.....	13
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.	13
6. Activos fixos tangíveis.....	13
7. Activos Intangíveis.....	15
8. Locações.....	17
9. Outros créditos e ativos não correntes.....	17
10. Créditos a receber.....	17
11. Estado e outros entes publicos.....	17
12. Outros ativos correntes.....	18
13. Diferimentos.....	18
14. Fornecedores.....	18
15. Financiamentos obtidos.....	19
16. Outras Passivos Correntes.....	19
17. Capital Social.....	19
18. Resultados transitados.....	20
19. Ajustamentos/Outras variações nos capitais próprios.....	20
20. Partes relacionadas.....	20
21. Prestações de serviços.....	21
22. Gastos com fornecimentos e serviços externos.....	21
23. Gastos com pessoal.....	22
24. Outros rendimentos.....	22
25. Outros gastos.....	23
26. Juros e rendimentos similares obtidos.....	23
27. Subsídios à exploração.....	23
28. Impostos sobre o rendimento.....	23
29. Informações exigidas por diplomas legais.....	23
30. Acontecimentos após a data do balanço.....	24

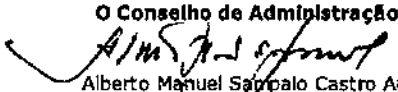
AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2016

BALANÇO

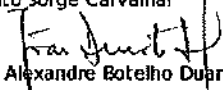
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

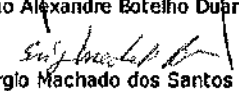
Rubricas	Notas	2016	2015
ACTIVO:			
Activo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	6, 8	9.580,81	29.269,86
Ativos intangíveis	7	279,68	559,27
Outros créditos e ativos não correntes	9	820,67	1.000,91
		10.681,16	30.830,04
Activo corrente:			
Créditos a receber	10	84.000,00	296.970,00
Adiantamentos a Fornecedores	14	450,00	1.030,00
Estado e outros entes públicos	11	12.201,96	27.606,68
Outros ativos correntes	12	13.475,06	41.107,47
Diferimentos	13	18.230,25	32.326,53
Caixa e depósitos bancários	4	7.799.406,25	10.199.120,40
		7.927.763,52	10.598.161,08
Total do Activo		7.938.444,68	10.628.991,12
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	17	3.100.000,00	3.100.000,00
Resultados transitados	18	2.821.442,33	3.084.979,12
Ajustamentos/Outras variações nos Fundos Patrimoniais	19	48.974,55	50.756,93
Resultado líquido do período		(653.162,43)	(263.536,79)
Total do Fundo de capital		5.317.254,45	5.972.199,26
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
		-	-
Passivo corrente:			
Fornecedores	14	15.413,17	20.945,15
Estado e outros entes públicos	11	98.071,39	76.625,54
Financiamentos obtidos	15	2.729,35	10.216,70
Outros passivos correntes	16	776.976,32	357.004,47
Diferimentos	13	1.728.000,00	4.192.000,00
		2.621.190,23	4.656.791,86
Total do Passivo		2.621.190,23	4.656.791,86
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		7.938.444,68	10.628.991,12

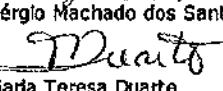
O Conselho de Administração

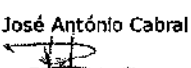

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral


Jacinto Jorge Carvalho


João Alexandre Botelho Duarte Silva


Sérgio Machado dos Santos


Maria Teresa Duarte


José António Cabral


Armando Pires

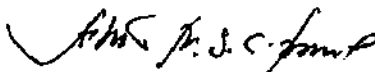
O Contabilista Certificado


João Salvador Oliveira Cipriano
TOC nº 50925

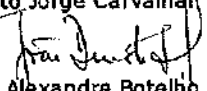
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Rendimentos e Gastos	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	21	3.477.520,00	3.153.970,00
Subsídios à exploração	27	-	632,74
Fornecimentos e serviços externos	22	(738.702,21)	(532.165,13)
Gastos com o pessoal	23	(3.419.921,12)	(2.964.426,30)
Outros rendimentos	24	17.848,92	16.458,43
Outros gastos	25	(13.746,41)	(14.938,14)
Resultado antes de depreciações, gastos financ. e impostos		(677.000,82)	(340.468,40)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 7	(21.511,21)	(23.204,87)
Resultado operacional (antes gastos de financ. e impostos)		(698.512,03)	(363.673,27)
Juros e rendimentos similares obtidos	26	45.625,85	100.741,82
Juros e gastos similares suportados	15	(276,25)	(605,34)
Resultado antes de impostos		(653.162,43)	(263.536,79)
Resultado líquido do período		(653.162,43)	(263.536,79)

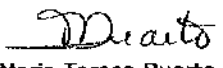
O Conselho de Administração


 Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

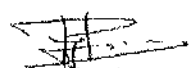

 Jacinto Jorge Carvalho


 João Alexandre Botelho Duarte Silva


 Sérgio Machado dos Santos


 Maria Teresa Duarte

Jose Antonio Cabral


 Armando Pires

O Contabilista Certificado


 João Salvador Oliveira Cipriano
 TOC nº 50925

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2016

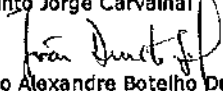
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

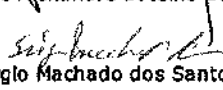
	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes/utentes		1.229.520,00	3.577.429,58
Pagamento a fornecedores		(515.089,41)	(508.964,21)
Pagamentos ao pessoal		(1.879.153,45)	(2.386.861,20)
Fluxos gerados pelas operações		(1.164.722,86)	681.604,17
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	11	23.719,18	50.746,55
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional		(1.298.386,90)	(1.215.682,30)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(2.439.390,58)	(483.331,58)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		49.025,70	159.846,25
		49.025,70	159.846,25
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis	6	(1.542,57)	-
		(1.542,57)	-
Fluxos das actividades de investimento (2)		47.483,13	159.846,25
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos	15	(7.741,08)	-
Juros e custos similares	15	(65,62)	(652,03)
		(7.806,70)	(652,03)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(7.806,70)	(652,03)
Variações de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(2.399.714,15)	(324.137,36)
Caixa e seus equivalentes no início do período		10.199.120,40	9.947.702,74
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7.799.406,25	10.199.120,40

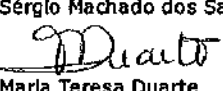
O Conselho de Administração


 Alberto Manuel Sampaio Castro Amara

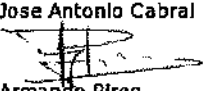

 Jacinto Jorge Carvalho


 João Alexandre Botelho Duarte Silva


 Sérgio Machado dos Santos


 Maria Teresa Duarte

Jose Antonio Cabral


 Armando Pires

O Contabilista Certificado


 João Salvador Oliveira Cipriano
 TOC nº 50925

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2016

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais - Exercício de 2016

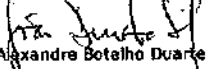
Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe				
	Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição no Início do Período 2016	<u>3.100.000,00</u>	<u>3.084.979,12</u>	<u>50.756,93</u>	<u>(263.536,79)</u>	<u>5.972.199,26</u>
Alterações no período					
Utilização de subsídio ao investimento	-	-	(1.782,38)	-	(1.782,38)
Aplicação de resultados de 2015	-	<u>(263.536,79)</u>	-	<u>263.536,79</u>	-
	-	<u>(263.536,79)</u>	<u>(1.782,38)</u>	<u>263.536,79</u>	<u>(1.782,38)</u>
Resultado líquido do Período				<u>(653.162,43)</u>	<u>(653.162,43)</u>
Resultado Integral				<u>(389.625,64)</u>	<u>(389.625,64)</u>
Operações com instituidores no período					
	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2016	<u>3.100.000,00</u>	<u>2.821.442,33</u>	<u>48.974,55</u>	<u>(653.162,43)</u>	<u>5.317.254,45</u>

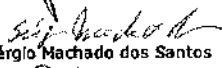
**Montantes expressos em Euros

O Conselho de Administração

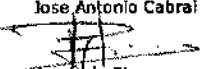

Alberto Manuel Sampaio Castro Amara


Jacinto Jorge Carvalho


João Alexandre Botelho Duarte Silva


Sérgio Machado dos Santos


Maria Teresa Duarte


Jose Antonio Cabral


Amândio Pires

O Contabilista Certificado


João Salvador Oliveira Cipriano
TOC nº 50925

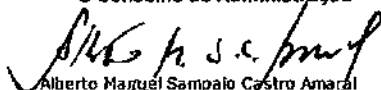
AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2016

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais - Exercício de 2015

Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				
	Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição no Início do Período 2015	<u>3.100.000,00</u>	<u>3.103.021,68</u>	<u>52.539,52</u>	<u>(18.042,56)</u>	<u>6.237.518,64</u>
Alterações no período					
Utilização de subsídio ao investimento	-	-	(1.782,59)	-	(1.782,59)
Aplicação de resultados de 2014	-	(18.042,56)	-	18.042,56	-
	<u>-</u>	<u>(18.042,56)</u>	<u>(1.782,59)</u>	<u>18.042,56</u>	<u>(1.782,59)</u>
Resultado Líquido do Período				<u>(263.536,79)</u>	<u>(263.536,79)</u>
Resultado Integral				<u>(245.494,23)</u>	<u>(245.494,23)</u>
Operações com instituidores no período	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2015	<u>3.100.000,00</u>	<u>3.084.979,12</u>	<u>50.756,93</u>	<u>(263.536,79)</u>	<u>5.972.199,26</u>

**Montantes expressos em Euros

O Conselho de Administração


 Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalho

João Alexandre Botelho Duarte Silva

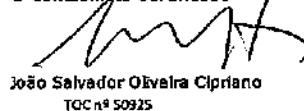
Sérgio Machado dos Santos

Maria Teresa Duarte

Jose Antonio Cabral

Armando Pires

O Contabilista Certificado


 João Salvador Oliveira Cipriano
 TCC nº 50925

Anexo às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

Instituída pelo Estado através do Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de Novembro, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), é uma fundação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, dotada de personalidade jurídica e reconhecida como de utilidade pública. É independente no exercício das suas atribuições e competências, sem prejuízo dos princípios orientadores fixados legalmente pelo Estado.

A sua missão consiste em garantir a qualidade do ensino superior em Portugal, através da avaliação e da acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como no desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e estão sujeitas a parecer do Conselho de Curadores, de acordo com os estatutos da Agência.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Agência atua.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Agência, a sua posição e desempenho financeiros, bem como os fluxos de caixa gerados no período.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

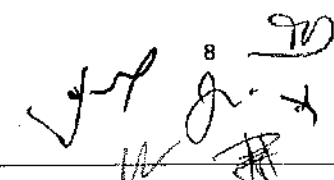
2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, que aprovou o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), em execução do disposto do nº 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística e que é parte integrante deste e alterações introduzidas pelo Decreto Lei nº 98/2015 de 2 de Junho.

2.2 Disposições derogadas no exercício

No exercício corrente não foram derogadas quaisquer disposições.

2.3 Adopção pela primeira vez da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL)



Em 2010 a Agência apresentou as demonstrações financeiras de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

O Balanço em 31 de Dezembro de 2010 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações dos fundos patrimoniais, bem como a informação constante das respectivas notas anexas, relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF-ESNL.

Não houve qualquer ajustamento ou alteração de políticas contabilísticas decorrentes da adopção das NCRF-ESNL. A transição dos anteriores princípios contabilísticos geralmente aceites para a NCRF-ESNL não afectou a posição e desempenho financeiro.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Agência mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos, que a Agência espera vir a incorrer.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alterações a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e o valor líquido contabilístico do activo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.5 Activos Intangíveis

Os activos Intangíveis registados referem-se a projectos de desenvolvimento da plataforma informática da Agência, bem como a licenças de software e são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respectivos activos.

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos Intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Refira-se que os activos Intangíveis registados até 31 de Dezembro de 2009 foram integralmente adquiridos com recurso ao financiamento proporcionado pelo subsídio de instalação atribuído pelo Estado, pelo que as respectivas amortizações anuais registadas são compensadas com o registo do rendimento correspondente ao subsídio de Investimento Imputado.

3.6 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos Imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respetem a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.7 Activos e passivos financeiros

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de activos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um Instrumento financeiro derivado.

Os activos e passivos financeiros incluem:

- Clientes;
- Adiantamentos a fornecedores;
- Outras contas a receber;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de activos financeiros

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do activo e a melhor estimativa do justo valor desse activo.

10
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

As perdas por Imparidade são registadas em resultados, na rubrica "Perdas por Imparidade", no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efectuada até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por Imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por Imparidade".

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Agência desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a A3ES reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Agência desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Agência irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos activos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem, sendo registados no passivo na rubrica de rendimentos diferidos até ao momento da sua utilização.

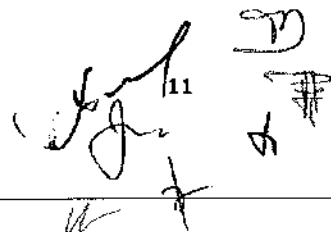
Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber e é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Agência;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;


11

– A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Agência e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2016 não existem factos que mereçam o registo de provisões ou a divulgação de activos ou passivos contingentes.

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Agência tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Activos contingentes

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem Informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem Informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13 Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. Os principais juízos

12
W

de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras referem-se, sobretudo:

- a) No exercício de 2016, por já serem conhecidas em detalhe as remunerações a pagar relativas a processos de acreditação e avaliação entretanto terminados, mas cujas remunerações ainda não tinham sido colocadas à disposição dos membros das CAE, o valor foi acrescido como gasto do exercício, pelo seu valor absoluto. Assim, a 31 de Dezembro de 2016 o saldo nessa conta é de 489.200 euros relativo a valores a liquidar em 2017, mas que devem ser reconhecidos como gastos de 2016. (Nota 16).
- b) Foram diferidas as taxas de processos de acreditação que só se iniciarão após 1 de Janeiro de 2017, sendo nesse momento que serão registados os gastos com estas avaliações (Nota 13).

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, em caixa e seus equivalentes inclui-se numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

O caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, têm a seguinte composição:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Numerário	7.232,16	5.822,93
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	191.147,53	493.297,47
Outras aplicações de tesouraria	<u>7.601.026,56</u>	<u>9.700.000,00</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>7.799.406,25</u>	<u>10.199.120,40</u>

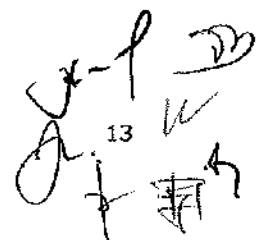
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não foram alteradas quaisquer estimativas ou políticas contabilísticas, quer no período corrente, quer em períodos anteriores.

6. Activos fixos tangíveis:

- a) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas

Rubricas	Situação inicial			Situação final		
	Quantia bruta	Depr. E Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depr. E Imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Equipamento de Transporte	40.634,28	(30.475,71)	10.158,57	40.634,28	(40.634,28)	-
Equipamento Administrativo	107.606,62	(88.495,33)	19.111,29	109.149,19	(99.568,38)	9.580,81
Totais	<u>148.240,90</u>	<u>(118.971,04)</u>	<u>29.269,86</u>	<u>149.783,47</u>	<u>(140.202,66)</u>	<u>9.580,81</u>

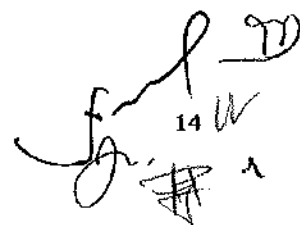
13


b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 o movimento ocorrido nos activos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Exercício 2016			
	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial 31.12.2015	40.634,28	107.606,62	148.240,90
Aquisições	-	1.542,57	1.542,57
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Saldo final 31.12.2016	40.634,28	109.149,19	149.783,47
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial 31.12.2015	30.475,71	88.495,33	118.971,04
Amortizações do exercício	10.158,57	11.073,05	21.231,62
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final 31.12.2016	40.634,28	99.568,38	140.202,66
Activo líquido em 31.12.2016	-	9.580,81	9.580,81

Exercício 2015			
	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial 31.12.2014	40.634,28	102.500,18	143.134,46
Aquisições	-	5.106,44	5.106,44
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Saldo final 31.12.2015	40.634,28	107.606,62	148.240,90
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial 31.12.2014	20.317,11	76.789,79	97.106,90
Amortizações do exercício	10.158,60	11.705,54	21.864,14
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final 31.12.2015	30.475,71	88.495,33	118.971,04
Activo líquido em 31.12.2015	10.158,57	19.111,29	29.269,86


 14/12/16

c) Vidas úteis

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Activos fixos tangíveis	N.º de anos
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	3 a 8

As depreciações do exercício, no montante de 21.232 euros (21.864 euros em 2015) foram registadas na rubrica de "gastos de depreciações e amortizações".

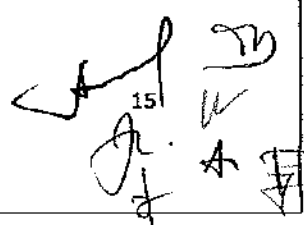
7. Activos Intangíveis

a) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas

Rubricas	Situação inicial			Situação final		
	Quantia bruta	Amortiz. e imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortiz. e imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Projectos de Desenvolvimento	122.280,00	(122.280,00)	-	122.280,00	(122.280,00)	-
Programas de computador	16.661,89	(16.102,62)	559,27	16.661,89	(16.382,21)	279,68
Totais	138.941,89	(138.382,62)	559,27	138.941,89	(138.662,21)	279,68

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

15


AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2016

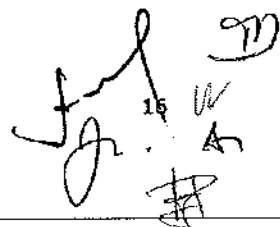
	Exercício 2016		
	Projectos de desenvolvimento	Programas de computadores	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial 31.12.2015	122.280,00	16.661,89	138.941,89
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Saldo final 31.12.2016	122.280,00	16.661,89	138.941,89
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial 31.12.2015	122.280,00	16.102,62	138.382,62
Amortizações do exercício	-	281,60	281,60
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Outras variações	-	(2,01)	(2,01)
Saldo final 31.12.2016	122.280,00	16.382,21	138.662,21
Activo líquido em 31.12.2016	-	279,68	279,68

	Exercício 2015		
	Projectos de desenvolvimento	Programas de computadores	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial 31.12.2014	122.280,00	15.823,03	138.103,03
Aquisições	-	838,86	-
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Saldo final 31.12.2015	122.280,00	16.661,89	138.941,89
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial 31.12.2014	122.280,00	14.761,89	137.041,89
Amortizações do exercício	-	1.340,73	1.340,73
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final 31.12.2015	122.280,00	16.102,62	138.382,62
Activo líquido em 31.12.2015	-	559,27	559,27

c) **Vidas úteis**

Os bens inscritos nesta rubrica têm uma vida útil finita e, como tal, estão sujeitas a depreciações anuais, sendo estas calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta de acordo com um período de vida útil esperado de 3 anos.

As amortizações do exercício, no montante de 280 euros (1.341 euros em 2015), foram registadas na rubrica de "gastos de depreciações e amortizações".



 15

8. Locações

A agência tem os seguintes elementos adquiridos sob a forma de locação financeira (Nota 15):

Bem	Rubrica	V. Aquisição	A. Acumulada	V. Líquido
Vlatura 06-NP-54	Eq. Transporte	40.634,28	(40.634,28)	-
	TOTAL	40.634,28	(40.634,28)	-

9. Outros créditos e ativos não correntes

O saldo presente nesta conta, no valor 820.67€, diz respeito ao valor aplicado no Fundo de compensação do Trabalho.

10. Créditos a receber

Os saldos de clientes em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 referem-se a taxas devidas e já debitadas a Instituições de Ensino Superior a Instituições de ensino que ainda não haviam sido liquidadas e desagregam-se da seguinte forma:

Rubricas	2016		2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Cientes:				
Instituições de Ensino	84.000,00	-	296.970,00	-
Totais	84.000,00	-	296.970,00	-

O montante na Rubrica de Cientes à data de 31 de Dezembro de 2016, está em dívida há menos de 30 dias.

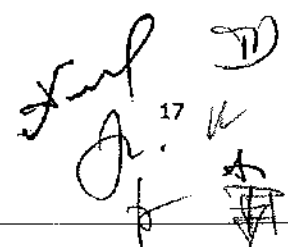
Não existem quaisquer perdas por imparidade associadas aos valores a receber dos clientes.

11. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Rubricas	2016		2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto s/o rendimento das pessoas colectivas	12.201,96	-	27.606,68	-
Retenção de impostos s/rendimentos	-	71.684,30	-	49.692,63
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	449,65	-	-
Segurança Social, CGA e ADSE	-	25.921,76	-	26.876,98
Outras tributações - FCT e FGCT a pagar	-	15,68	-	55,93
Totais	12.201,96	98.071,39	27.606,68	76.625,54

Atendendo a que a Agência é uma entidade isenta em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o valor de IRC que se apresenta no ativo foi indevidamente retido na fonte por entidades bancárias e será reembolsado no ano seguinte à ao da retenção.


 17

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2016

12. Outros ativos correntes

A rubrica de "Outros ativos correntes" desagrega-se da seguinte forma em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

Rubricas	2016	2015
Correntes:		
Pessoal	-	-
Devedores p/acréc. Rendimentos:		
Juros a Receber	10.712,36	16.716,51
Outros		
Outras contas a receber	2.762,70	24.390,96
Totais	13.475,06	41.107,47

13. Diferimentos

Foram diferidos para exercícios seguintes os gastos, ou a quota-parte destes, cujo pagamento ocorreu neste exercício ou anterior e que se refiram a períodos subsequentes, bem como os rendimentos cujo recebimento ocorreu neste exercício ou anterior e que se referem a períodos subsequentes.

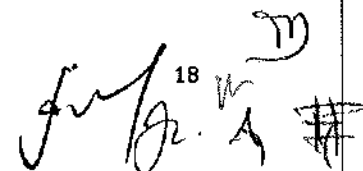
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foram diferidos os seguintes gastos e rendimentos (Nota 3.13 b)):

Rubricas	2016		2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Gastos a Reconhecer:				
Rendas	8.669,28	-	9.247,14	-
Seguros	2.198,08	-	2.280,39	-
Outros Gastos diferidos	7.362,90	-	20.799,00	-
Rendimentos a Reconhecer:				
ACEF/1314	-	4.000,00	-	8.000,00
ACEF/1415	-	92.000,00	-	1.288.000,00
NCE/14	-	-	-	24.000,00
NCE/15	-	-	-	904.000,00
NCE/16	-	752.000,00	-	-
ACEF/1516	-	672.000,00	-	1.844.000,00
PERA/1617	-	208.000,00	-	124.000,00
Totais	18.230,26	1.728.000,00	32.326,53	4.192.000,00

14. Fornecedores

Nos anos de 2016 e 2015 decompunham-se da seguinte forma as quantias a pagar a fornecedores:

Rubricas	2016		2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Fornecedores Gerais	450,00	15.413,17	1.030,00	20.945,15
Totais	450,00	15.413,17	1.030,00	20.945,15
		14.963,17		19.915,15

18


O prazo médio dos pagamentos foi no exercício de 2016 de 27 dias (27 dias em 2015).

15. Financiamentos Obtidos

A agência dispõe de um financiamento por locação financeira junto do Banco Português do Investimento (BPI), apresentando, em 2016 os seguintes valores em dívida:

	2016		2015	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Locações Financeiras:				
BPI #1360104100	-	2.729,35	-	10.216,70
Totals	-	2.729,35	-	10.216,70

Em resultado deste financiamento obtido, foram reconhecidos no exercício, gastos decorrentes de juros suportados no montante de 277 euros (564.97 euros em 2015).

16. Outros passivos correntes

A rubrica de "Outros passivos correntes" desagrega-se da seguinte forma em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

Rubricas	2016	2015
Correntes:		
Credores p/acréc. Gastos:		
Férias + S.Férias + Encargos	198.274,49	199.012,92
CAES	489.200,00	134.961,00
Outros acréscimos de gastos	34.686,77	23.030,55
Outros	54.815,06	
Totals	776.976,32	357.004,47

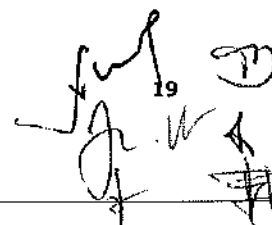
17. Fundos

O Fundo da Agência ascende a 3.100.000 euros e foi integralmente realizado pelo Estado, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Nos termos do n.º 3 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de Novembro, que instituiu a Agência, a contribuição financeira total atribuída pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ascendeu a 4 milhões de euros, repartido da seguinte forma:

- a) A título de dotação inicial o montante de 1.000.000 euros, recebido na sequência da criação da Agência.
- b) O montante de 3.000.000 euros, a título de subsídio de instalação, sendo que esta contribuição, recebida no exercício de 2009, foi classificada de acordo com a respectiva natureza de utilização, que se resume da seguinte forma:

Fundo	2.100.000
Subsidio ao investimento (Outras variações fundo	209.540
Subsídio de exploração	690.460
	3.000.000

19


AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2016

O subsídio ao investimento foi registado em resultados do exercício durante os exercícios de 2016 e 2015, no montante de 1.782 (Nota 26).

Sallenta-se que, em caso de extinção da Agência, todo o seu património reverte para o Estado, salvo quando seja fundida ou incorporada noutra entidade, situações em que o património pode reverter, total ou parcialmente, para esta.

18. Resultados transitados

Com parecer favorável do Conselho de Curadores foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foi decidido que o resultado líquido negativo referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

19. Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Esta rubrica é composta pelo montante de subsídios do Governo recebidos relacionados com a aquisição de activos, sendo reduzida na mesma medida que os respectivos investimentos são depreciados.

Em 2015 e 2016 os investimentos financiados por subsídios apresentam-se no quadro em baixo:

Rubrica	Montante Recebido	Rédito do período	Rédito Acumulado	Subsidio a reconhecer
Projectos de desenvolvimento	122.280,00	0,00	122.280,00	0,00
Programas de computadores	1.539,32	0,00	1.539,32	0,00
Equipamento administrativo	36.745,91	1.782,38	34.963,53	0,00
Investimentos a adquirir	48.974,55	0,00	0,00	48.974,55
	209.539,78	1.782,38	158.782,85	48.974,55

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 a Agência beneficiou dos seguintes subsídios atribuídos pelo Governo:

Rubrica	Subsídio à exploração	Subsídios relacionados com activos	Efeito total de subsídios
Subsídio por reconhecer em 31.12.2013	-	54.322,11	54.322,11
Imputação a resultados do exercício	-	1.782,59	1.782,59
Subsídio a reconhecer em 31.12.2014	-	52.539,52	52.539,52
Imputação a resultados do exercício	-	1.782,59	1.782,59
Subsídio a reconhecer em 31.12.2015	-	50.756,93	50.756,93
Imputação a resultados do exercício	-	1.782,59	1.782,38
Subsídio por reconhecer em 31.12.2016	-	50.756,93	48.974,55

20. Partes relacionadas

A Agência é uma entidade independente e totalmente autónoma das entidades com quem estabelece relações, comerciais ou de qualquer outra natureza, não tendo por isso qualquer relação classificada como "Partes relacionadas".

A Remuneração do pessoal chave da gestão nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 têm a seguinte composição:

[Handwritten signature and initials]

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2016

Rubricas	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Conselho de Administração:		
Benefícios de curto prazo		
Remunerações	520.496,09	438.990,77
Contribuições Segurança Social	45.603,72	36.500,31
Contribuições Caixa Geral Aposentações	16.385,56	19.161,52
	<u>582.485,37</u>	<u>494.652,60</u>

O Conselho de Administração foi composto em 2016 por quatro membros executivos e três membros não-executivos. Em 12 de Julho de 2016, o Conselho de Curadores aprovou a substituição do Senhor Doutor Paulo Santiago no Conselho de Administração da Agência, enquanto membro não-executivo, pelos Senhores Professores Maria Teresa Duarte, José António Cabral e Armando Pires enquanto membros não-executivos.

21. Prestação de serviços

Nos exercícios de 2016 e 2015 os rendimentos detalham-se da seguinte forma:

Rubricas	2015	2014
AC.N.C.E	908.000,00	1.428.000,00
AC.C.E.F (nota 3.12 a))	1.200.000,00	1.624.000,00
Avaliação C.E.F 2010/2011	1.184.000,00	-
ASIGQ	-	60.000,00
Revisão	48.000,00	33.000,00
PERA 15/16	122.000,00	-
Workshop ECA	-	-
Reembolsos	15.520,00	8.970,00
Total	<u>3.477.520,00</u>	<u>3.153.970,00</u>

22. Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos desagregam-se da seguinte forma nos anos de 2016 e 2015:

21

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2016

Rubricas	2016	2015
Subcontratos	3.285,70	-
Trabalhos Especializados	155.747,49	74.137,93
Publicidade e Propaganda	141,47	2.261,97
Honorários	36.512,55	9.787,48
Conservação e Reparação	4.783,53	4.055,38
Serviços bancários	2.007,09	1.810,43
Ferramentas e Utens. Desg. Rápido	10,00	342,99
Livros e documentação técnica	8.768,32	3.625,21
Material de escritório	4.684,48	2.772,72
Electricidade	4.542,66	3.947,60
Combustíveis	4.977,88	5.171,94
Deslocações e estadas	387.993,90	297.217,80
Rendas e alugueres	102.666,37	98.904,48
Comunicação	12.291,18	17.817,02
Seguros	465,47	-
Limpeza, Higiene e Conforto	9.256,12	9.480,77
Outros FSE	568,00	831,41
Totais	738.702,21	532.165,13

23. Gastos com o Pessoal

Os gastos da rubrica Pessoal desagregam-se da seguinte forma:

Rubricas	2016	2015
Vencimentos Órgãos Sociais	518.196,09	516.892,12
Vencimentos Pessoal	2.641.797,57	2.183.619,08
Indemnização	3.093,61	-
Encargos s/remunerações	227.532,66	237.003,04
Seguro Acidentes de Trabalho	8.093,29	6.397,51
Outros gastos com pessoal	21.207,90	20.514,55
Totais	3.419.921,12	2.964.426,30

O número médio de empregados no exercício de 2016 e 2015 foi de 30 e 28 respectivamente.

24. Outros Rendimentos

Rubricas	2016	2015
Imputação de Subsídios p/ Investimentos	1.782,38	1.782,59
Correcções relativas a Periodos Anteriores	3.883,12	5.069,19
Excesso de estimativa de Imposto	-	2,83
Projecto EIQAS	12.183,14	9.603,80
Outros Não especificados	0,28	0,02
Totais	17.848,92	16.458,43

A rubrica "Imputação de Subsídios p/ Investimentos" reflecte a imputação a resultados do exercício o corresponde ao gasto da depreciação no exercício dos investimentos subsidiados.

[Handwritten signatures and initials]

25. Outros Gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

Rubricas	2016	2015
Impostos	216,97	220,27
Taxas	-	-
Correcções de Exercícios Anteriores	2.395,46	6.867,47
Quotizações	11.013,96	7.550,00
Multas	120,00	300,00
Outros gastos e perdas não especifica	0,02	0,40
Totais	13.746,41	14.938,14

26. Juros e Rendimentos similares obtidos

Pelas aplicações financeiras realizadas pela agência em instituições de crédito, esta obteve os seguintes rendimentos:

Rubricas	2016	2015
Juros Obtidos		
Depósitos Bancários	45.625,85	100.741,82
Aplicações Financeiras	-	-
Totais	45.625,85	100.741,82

27. Subsídios à exploração

Os valores recebidos referem-se às medidas "incentivo emprego" e "estimulo emprego". Os programas "Medida Incentivo Emprego" permitem a obtenção de um apoio financeiro de 1% da retribuição mensal do trabalhador, aplicável aos contratos de trabalho celebrados, ao abrigo do código do trabalho, após 1 de Outubro de 2013. Já os programas "Medida Estimulo" têm um apoio financeiro consoante o tipo de contrato efetuado.

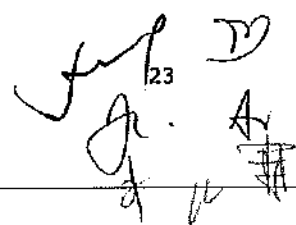
28. Impostos sobre o rendimento

A agência goza de todas as isenções e benefícios fiscais aplicáveis às pessoas colectivas de utilidade pública, nos termos da legislação em vigor.

29. Informações exigidas por diplomas legais

Agência não apresenta dívidas ao Estado ou à Segurança Social em situação de mora.

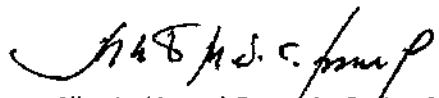
Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foram suportados pela Agência 5.760 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, referentes a honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas. Os honorários facturados dizem respeito exclusivamente, à actividade de revisão legal de contas.


23

30. Acontecimentos após a data do balanço

À presente data, o Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos, posteriores a 31 de Dezembro de 2016, que justifiquem ajustamentos nestas Demonstrações Financeiras.

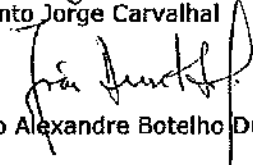
O Conselho de Administração



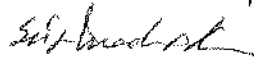
Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral



Jacinto Jorge Carvalho



João Alexandre Botelho Duarte Silva

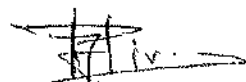


Sérgio Machado dos Santos



Maria Teresa Duarte

José António Cabral



Armando Pires

O Contabilista Certificado



João Salvador Oliveira Cipriano
TOC nº 50925